

Brasília/DF, 31 de maio de 2021

**Parecer PR/AJ/UAA/GGS Nº 261/2021**

**Processo nº 5900.001121/2021-13 - SRD 352785 - Módulo Digital**

Sr (a) Chefe

**I - Relatório**

Trata-se de Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 10/2021, para Contratação de serviços de vigilância patrimonial armada para o PISF, interposta por MASTER VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA. (fls. 03/04).

Referido Pregão tramita nos autos do Processo 59500.002057/2020-15; SRD digital 344719.

Em síntese, é o relatório.

**II - Análise**

*Ab initio*, cumpre informar que a análise da Impugnação ao Edital será realizada apenas no que concerne aos argumentos jurídicos, não analisando aspectos técnicos e os que se coadunarem com a oportunidade e conveniência da Comissão de Licitação e/ou do administrador.

A Impugnação ao edital deve ser apreciada, eis que interposta no prazo legal, porém, desde logo entende-se por sua **improcedência, não merecendo prosperar**.

Alega a impugnante:

(...)

2. Por prestar serviço compatível com o objeto do certame, a **Impugnante** pretende acudir ao chamamento público e participar do Pregão.

3. Ocorre que há flagrante vício no Edital que macula o certame o qual deve ser revisto por esta MD Comissão conforme será demonstrado a seguir.

4. O objeto do certame se divide em 3 (três) Estados – Ceará/Pernambuco/Paraíba conforme consta do item 2 do Edital.

5. Os Lotes 1 e 2 devem ser executados tanto no Estado de Pernambuco como no Estado do Ceará, ocorre que no sistema COMPRASNET quando do cadastramento da Proposta Financeira, esta, só pode ser vinculada a um único CNPJ.

6. A Lei Federal 7.102/83, regulamentada pelo Decreto 89.056/83 e pelo Decreto 1.592/95 que são os instrumentos legais que estabelecem as normas para a constituição e os requisitos que devem ser cumpridos para o funcionamento das empresas especializadas que executam serviços orgânicos de segurança e vigilância, estabelece que as empresas para o exercício dos serviços de vigilância possuem autorização exclusiva para cada área de abrangência, ou seja cada CNPJ pode atuar exclusivamente no Estado em que se encontra não se estendendo para qualquer outra localidade.

7. Esta situação, inviabiliza o cadastro no sistema COMPRASNET no que se refere aos Lotes 1 e 2. Já que a documentação de habilitação jurídica é diferente para Estados distintos.

8. Também há empecilho relacionado ao próprio sistema COMPRASNET, pois como é de seu conhecimento, para o vencedor do certame é este cadastro quem realiza a vinculação dos Empenhos para fins de pagamento e execução do Contrato. Exemplificando: ao realizarmos o cadastro da Proposta para o CNPJ da filial de Pernambuco, o qual tem como final (xx-01), o empenho caso sejamos vencedores do certame sairá para a (filial xx-01) pois é diretamente vinculado ao CNPJ constante no COMPRASNET cadastrado na licitação.

9. No entanto, caso sejamos vencedores do respectivo Lote, os serviços serão executados tanto no Estado de Pernambuco como no Estado do Ceará, ocorre que a Autorização da Polícia Federal **conforme o já mencionado será com CNPJs diferentes pois a Lei Federal 7.102/83, regulamentada pelo Decreto 89.056/83 e pelo Decreto 1.592/95** exige que tenhamos filiais constituídas em cada Estado, o que por conseguinte implica em **CNPJs** distintos.

10. Destaque-se que mesmo em se considerando ser uma única Pessoa Jurídica, apenas com filiais distintas, o SIASG (local no qual é cadastrado o contrato) e o SIAFI (local no qual é realizado o empenho, liquidação e pagamento) não aceitam tal possibilidade.

11. Edital na forma como colocado cria óbice à própria realização da disputa, já que os documentos de habilitação são diferentes para estados diferentes, ao ser realizar um cadastro único a Comissão não teria como aferir se os licitantes possuem a documentação de Habilitação técnica exigida pela Lei Federal 7.102/83, regulamentada pelos Decreto 89.056/83 e Decreto 1.592/95 para atuação em cada um dos respectivos Estados.

12. Assim se faz necessária a correção do Edital, e a divisão dos Lotes especificamente para cada Estado de atuação, pois na forma como colocado há inviabilização do certame.

13. Pelo exposto, em que pese o respeito da impugnante por esta Comissão, insurge-se almejando a correção necessária do ato convocatório para que se afaste qualquer antijuridicidade que macule todo o procedimento que se iniciará.

(...)

Por Nota Técnica nº 17/2021, de 28/05/2021, Origem: Gerência de Operação do Projeto de Integração do São Francisco, **por sinal dotada de clareza**, fls. 7/10, emitida por SILVIA RODRIGUES DE MOURA SANTOS e CIBELE ANUNCIAÇÃO RIBEIRO, mencionou-se:

(...)

Nos termos da Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012 (Alterada pela Portaria nº 3.258/2013 – DG/DPF, publicada no D.O.U em 14/01/2013) (Alterada pela Portaria nº 3.559, publicada no D.O.U. em 10/06/2013), que disciplina as atividades de segurança privada, armada ou desarmada, os serviços a serem contratados são regulados, autorizados e fiscalizados pelo Departamento de Polícia Federal - DPF e são considerados complementares às atividades de segurança pública nos termos da legislação específica.

Conforme dispõe a referida Portaria, para o exercício da atividade de vigilância patrimonial, é necessária autorização prévia do DPF mediante o preenchimento de vários requisitos, dentre os quais capital social mínimo, mínimo de vigilantes contratados e devidamente habilitados e possuir instalações físicas adequadas. As autorizações são emitidas por unidade da federação: estados e Distrito Federal. Além disso, o processo de autorização demanda desembolso de taxas e de prazo, de até de 60 dias, para emissão das devidas autorizações.

Além de autorização para funcionamento, são pressupostos desta a existência de instalações adequadas, o que também demanda desembolso de taxas para vistoria e de prazo para a certificação.

Diante do exposto, e com base na necessidade de contratação de empresas especializadas autorizadas a prestarem os serviços de segurança em três estados diferentes: Pernambuco, Paraíba e Ceará, foi necessário agrupar os itens, postos fixos de trabalho, em grupos. Um grupo possui postos relativos à contratação atual vigente, que não pode descontinuar. Outro grupo são de postos que podem ser contratados imediatamente. E os demais postos foram agrupados pensando-se na condição de disponibilizar ainda a estrutura física para recepcionar os vigilantes, por isso as demandas não poderiam ser contratadas de imediato.

Por fim, os critérios para o agrupamento dos postos foram o momento da contratação, localização (eixo da infraestrutura) e estado da federação em que serão prestados os serviços.

Além disso, para comprovar a qualificação técnica das licitantes, buscou-se exigir da licitante apenas que ela seja autorizada em qualquer estado da federação que e tenha a experiência mínima exigida pela IN 05/2017. Deixando para o momento da contratação a exigência das autorizações específicas para os estados. Grifa-se

Com isso, pretende-se ampliar o número de empresas interessadas, já autorizadas, mesmo que não para os estados específicos, mas que, caso ganhem a disputa, possuirão tempo hábil para providenciar as autorizações de funcionamento e as instalações certificadas pelo Departamento de Polícia Federal. Ampliando-se, portanto, a concorrência porque as interessadas não necessitarão antecipar custos com pagamento de taxas antes da definição do vencedor ou vencedores que executarão os serviços.

(...)

Sobre essa questão em pauta nessa impugnação, existe o Acórdão nº 3056/2008 do Plenário do TCU que decide no sentido da possibilidade da empresa matriz participar do procedimento licitatório com o seu CNPJ e a filial, cujo CNPJ é diverso, executar o contrato, com a devida autorização do Departamento de Polícia Federal.

No caso específico do Pregão Eletrônico nº 10/2021, os Grupos 1 e 2 poderão ter sua execução promovida por CNPJ distintos, visto que as autorizações da DPF são emitidas por estado e os postos se localizarão nos estados de Pernambuco e Ceará. Retomando a argumentação da impugnante:

“Destaque-se que mesmo em se considerando ser uma única Pessoa Jurídica, apenas com filiais distintas, o SIASG (local no qual é cadastrado o contrato) e o SIAFI (local no qual é realizado o empenho, liquidação e pagamento) não aceitam tal possibilidade”.

Sobre essa afirmação, foi feita consulta à chefia da AA/GCB/UER que informou que o SIAF alerta que o CNPJ cadastrado é diverso, mas não impede que seja promovida a liquidação. Informou ainda que situação similar já vem ocorrendo com Contrato 0.072.00/2017 (Processo nº 59500.001350/2017-51), que tem como objeto a prestação de serviços de vigilância armada nas obras civis, das instalações dos canteiros de obras e dos equipamentos hidromecânicos e eletromecânicos do Eixo Norte e Eixo Leste do PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, com área de atuação no Estado de Pernambuco, firmado com a Protemaxi Segurança Patrimonial Armada Ltda.

No caso do instrumento 0.072.00/2017, foi celebrado o 5º termo aditivo ao contrato, autorizado pela RESOLUÇÃO Nº 778 de 11 de novembro de 2020, que incluiu a prestação de serviços em postos no estado do Ceará (com base no Parecer Jurídico PR/AJ/ALR nº 635/2020). Portanto já existe de fato na Codevasf situação semelhante em que uma mesma empresa de segurança possui dois CNPJs para fins de pagamento, apesar de apenas um CNPJ tenha sido cadastrado para participar do certame licitatório



(...)

Diante do exposto, entendemos que a forma de agrupamento proposta para os postos de segurança armada do PISF atendem às necessidades de contratação, assim como entendemos que amplia a competição pois os participantes podem ou não já serem detentores de autorização específica do Departamento de Polícia Federal para os estados objeto do Pregão Eletrônico nº 10/2021. Contudo a questão necessita de análise dos aspectos jurídicos para que não haja confronto à legislação.

O DECRETO 89.056, de 24/11/1983, que Regulamentou a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispôs sobre segurança, ...assim estabeleceu:

**Art. 38. Para que as empresas especializadas e as que executem serviços orgânicos de segurança operem nos Estados e Distrito Federal, além de autorizadas a funcionar na forma Deste Regulamento, deverão promover comunicação à Secretaria de Segurança Pública da respectiva Unidade da Federação. (Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995)**

Entende-se, pois, **que a citada Nota Técnica da Codevasf, deve ser acolhida**, pois encontra fundamento na Legislação.

Outrossim, os aspectos técnicos e inerentes à conveniência e oportunidade foram de forma detalhada apreciados e esclarecidos na já mencionada Nota Técnica, que deverá prevalecer.

### **III - CONCLUSÃO**

Face ao exposto, opina-se pelo acolhimento da Nota Técnica nº 17/2021, de 28/05/2021, origem, Gerência de Operação do Projeto de Integração do São Francisco, fls. 7/10, emitida por SILVIA RODRIGUES DE MOURA SANTOS e CIBELE ANUNCIACÃO RIBEIRO.

Em consequência, entende-se que **não deverá** prevalecer a **Impugnação ao Edital** interposta por MASTER VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA. (fls. 03/04), devendo ser **julgada improcedente** por quem tiver competência e atribuição administrativa.

**Alerta-se que a Procuração, Estatuto Social e Impugnação ao Edital devidamente assinada pela Representante Legal da Impugnante, devem ser acostados aos autos**, o que deverá ser providenciado e conferido pela área técnica de origem, sendo **desnecessário o retorno dos autos á PR/AJ**.

É o parecer, s.m.j., que se submete à apreciação superior.

Geraldo Gregório dos Santos  
Chefe Substituto da Unidade de Assuntos Administrativos

Encontro-me de acordo com o parecer supra, por seus próprios fundamentos.

Em 31/5/2021

À \_\_\_\_\_, para os devidos fins.

Alessandro Luiz dos Reis  
Chefe Substituto da Assessoria Jurídica